

COOPERATIVISMO EDUCACIONAL: GESTÃO SOLIDÁRIA NA COOPERATIVA EDUCACIONAL DE UBERLÂNDIA (CEU).

RESUMO

O trabalho tem a finalidade de discutir a emergência da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) como forma de gestão cooperativa na educação. A crise do Estado do bem-estar social e a reestruturação das forças produtivas formaram um quadro histórico de reorganização das formas produtivas, permitindo a retomada do cooperativismo como modalidade de gestão, segundo a abordagem metodológica materialista histórico-dialética. Nesse aspecto, serão discutidos os avanços do cooperativismo educacional e seus dilemas organizacionais, fortalecendo a discussão no campo da gestão das escolas como possível ruptura com a lógica mercantil e com a precarização do trabalho docente. Assim, o trabalho procura situar o debate sobre o cooperativismo na sua potencialidade emancipatória ou de enquadramento na lógica acumulativa do capital.

Palavras-chave: Cooperativismo; Reestruturação produtiva; Emancipação.

1. Introdução

O presente trabalho procura situar a origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) como reflexo do conjunto histórico de acontecimentos econômicos, políticos e sociais que delimitam o fortalecimento do cooperativismo no contexto contemporâneo das formas alternativas de produção. O debate sobre o cooperativismo surge amplamente mobilizado por segmentos heterogêneos da sociedade, com objetivos e interesses múltiplos, suscitando embates teóricos sobre os alcances e os limites do modelo cooperativista como forma de gestão.

Nestes termos, as noções teóricas sobre o cooperativismo provocam polarizações nos discursos acadêmicos, projetos políticos e práticas sociais, recebendo méritos e descréditos teóricos sobre o seu potencial estratégico no combate ao desemprego e à precarização do mundo do trabalho. Pode-se afirmar, num nível introdutório, que alguns autores como Singer (2002) e Santos (2002) abordam o cooperativismo como uma modalidade de resposta aos

problemas sociais gerados pela ordem excludente do capitalismo e indicam seu potencial histórico na superação do modelo capitalista vigente.

Por outro ângulo analítico, alguns autores como Novaes (2011) e Wellen (2012) divergem dessa concepção do cooperativismo como forma produtiva que promove a superação do modo capitalista de produção, sendo fortemente criticada pela sua postura superficial de resistência diante da lógica excludente do capital. Dentro de tal tendência, adotando os horizontes delineados pelos indicativos acima expostos, construídos numa relação de enfrentamento teórico-metodológico no campo das discussões sobre o cooperativismo educacional, algumas abordagens: 1) situam as vantagens do cooperativismo como uma modalidade de gestão mais democrática que permite a participação efetiva de professores, alunos e a comunidade envolvida no cotidiano da vida escolar ou; 2) em outro aspecto de observação, o cooperativismo educacional é concebido como uma ação coletiva limitada pelas forças do mercado e sua composição heterogênea (de pais, professores ou alunos) impede a homogeneidade das decisões, transformando o cooperativismo educacional numa forma de gerência marcada por conflitos de interesses que emperram o andamento das decisões no ambiente escolar.

Na realidade, o cooperativismo educacional (observado na teoria e nas experiências práticas) exprime as contradições típicas do momento histórico em que está situado. É uma emanção dos eventos histórico-sociais que marcaram o momento de reconfiguração das forças produtivas no Brasil. Nesse caso, a partir da década de 90, no Brasil, é que as cooperativas educacionais começaram a organizar-se com maior vigor e notoriedade. Daí a necessidade de expor as condições gerais que fizeram “ressurgir” o modelo cooperativista e, posteriormente, encaminhar o fenômeno diante da realidade pretendida, isto é, a constituição da Cooperativa Educacional de Uberlândia.

2. A Reforma do Estado na Dinâmica do Capitalismo Contemporâneo.

Na década de 80, toda a literatura produzida nos campos da sociologia política e da ciência política apontava um quadro histórico de “rearticulação” das forças e espaços políticos de disputa nas sociedades contemporâneas que postulavam alterações funcionais e estruturais no Estado. As discussões em torno da reforma do Estado e das novas modalidades assumidas pelas políticas públicas precisaram ser pensadas num nível de articulação que se tornasse aderente às mudanças estruturais pelas quais passava a lógica da sociedade capitalista.

Segundo Harvey,

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagflação' e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (2002, p.140).

Tal panorama histórico impactou em alterações estratégicas nas formas de gestão da produção capitalista, desencadeando mudanças na dinâmica do Estado e na produção das políticas públicas. Na construção do binômio taylorismo/fordismo, que se organizava desde a década de 1920, a produção em larga escala, a verticalização/homogeneização do processo produtivo e a formação do operário-massa como seus elementos fundantes, permitiram por parte do Estado, a elevação das formas de alocação de recursos por meio da regulação da economia fordista massificada, promovendo a extensão da poupança pública e a consequente formulação de políticas sociais abrangentes que assistiam às classes trabalhadoras como medidas de incentivo à produção e ao consumo, investindo nas áreas públicas – educação saúde, transporte e lazer – como forma de amortecimento do núcleo conflitivo da relação capital x trabalho.

Porém, no período pós-45, o modelo de acumulação fordista já demonstrava precocemente um rastro de conflitos estratégicos internos que foram agudizados no fim da década de 1960, pelos seguintes indicativos:

a) *a queda da taxa de lucro* causada pelo aumento do custo da força de trabalho – conquistada pelos ganhos salariais no período pós-guerra – em especial na década de 1960 pelas lutas em torno do controle social da produção;

b) o *esgotamento do padrão acumulativo* por conta da retração do consumo e a necessidade de retomar as taxas de lucro na medida em que o custo social da produção elevava-se no rol de garantias trabalhistas e sociais tecidas pelo keynesianismo.

E, desse modo, o Estado do bem-estar social – praticado até meados da década de 1980 – foi sucumbido pela retomada lógica da ampliação do capital, onde sua modalidade de fabricar políticas públicas e sociais abrangentes foi solapada pelas novas ações do capitalismo enxuto e flexível. De acordo com Antunes,

Pouco a pouco, foi se desenhando um modelo que alterava tanto as condições econômicas e produtivas existentes quanto a sua estrutura jurídico-institucional, de modo a compatibilizar-se com a implementação de uma nova agenda: o neoliberalismo (2000, p. 66).

O eixo central dessa nova agenda político-social contemplava, entre outros pontos: 1) a *privatização* do que havia sido mantido pelo controle estatal; 2) a redução drástica e mesmo a *extinção do capital produtivo estatal*; 3) o desenvolvimento de uma *legislação fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e; 4) o *desmantelamento dos direitos trabalhistas e sociais* conquistados ao longo da luta operária no século XX. Nessa trilha, os países de “capitalismo central” – cujo desenvolvimento das forças produtivas decorre de um pioneirismo histórico – passaram a reavaliar o papel do Estado nas suas relações com a economia e, posteriormente, restringiu seu papel intervencionista como figura ativa das políticas sociais em busca do esvaziamento necessário do custo social das suas ações redistributivas de renda, antítese do “compromisso fordista” que antes vigorava.

Análises nessa área têm indicado transformações na atuação do Estado – de uma eficácia generalista para um contorno setorialista – como reflexo do conjunto das modificações geradas pela fluidez do capital, que tipifica as últimas décadas da invasão neoliberal e da era mundializada do capital. A partir de então, os organismos internacionais e agências multilaterais passam a ditar os rumos da política econômica e dos investimentos públicos como forma de controle e garantia dos investimentos externos diretos, isto é, o financiamento público e a dívida pública são conduzidos como pacote de contrapartidas exigidas pelas agências internacionais de financiamento, submetendo a soberania dos Estados nacionais ao conjunto de interesses oligopólicos do capitalismo global. Os países de “capitalismo periférico” – como no caso brasileiro – foram ancorados nesse certame obtuso de “recomendações” das agências internacionais, sob o alerta de que a desobediência aos princípios mercadológicos da nova era do capital poderia incorrer no atraso do desenvolvimento social e na bancarrota das economias nacionais. Por isso, as “nações hegemônicas” impuseram coercitivamente às demais nações, uma cartilha de princípios administrativos na gestão do Estado que serviriam como complexo orientador/restritivo das políticas sociais, expressando o caráter imperativo de tais políticas que vão desde a ameaça de retaliação e embargos em diversas áreas, a incentivos econômicos e financeiros.

As principais diretrizes dos organismos internacionais recomendaram a reforma do Estado como instrumento de “parceirização” com o mercado, exigindo o abandono de mecanismos de controle político para as áreas sociais e restrição na alocação de recursos com a intenção de desregulamentar as economias nacionais, espreado o suporte para a livre concorrência do capital internacional. Na esteira desse processo, especialmente o Banco

Mundial, articulou alianças tecnocráticas transnacionais, no intuito de racionalizar os investimentos na área social, diminuindo a função social do Estado e fortalecendo o campo político-econômico para as atividades privadas, que historicamente representaram um refluxo das políticas sociais. Para Sanfelice,

A nova ordem necessita da presença dos intelectuais coletivos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano, de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, UNESCO, etc.) que arquitetam em favor do capital, especialmente endividando os Estados perante os grandes fundos de aplicação privados, fazendo-os prisioneiros da lógica do capital em detrimento das áreas sociais (2003, p. 1394).

Por consequência dessa nova agenda pragmática da complementaridade entre Estado e mercado, a iniciativa privada aparece com relevante expressividade na execução das funções públicas, invertendo as premissas do modelo keynesiano, ou seja, o desenvolvimento social é uma tarefa que deve ser compartilhada por todos os segmentos da sociedade, tais como: as ONGs, os setores organizados da sociedade civil, as associações de trabalhadores e o terceiro setor. Inclui também, nessa lógica, a participação de provedores privados nas atividades até então reservadas ao setor público postulando que,

muitos países em desenvolvimento que desejam reduzir a magnitude de seu desmesurado setor estatal devem conceber prioridade máxima à privatização, devendo os governos atribuir prioridades aos setores sociais fundamentais (BANCO MUNDIAL, 1997:7).

No que se refere à relação Estado/sociedade, o Banco Mundial, sob a retórica da visibilidade e da transparência, afirma a necessidade de processos consultivos autônomos, que conferem à sociedade civil, incluindo sindicatos, empresas privadas, cooperativas e ONGs, a oportunidade de participação e controle das ações governamentais. É nesse prisma que se inscrevem a descentralização decisória e a concepção de ampliação comunitária da participação do cidadão no Estado, desarticulando o caráter classista e coletivo da cidadania clássica e manejando as ações políticas no sentido do individualismo utilitário.

3. O lugar do cooperativismo no contexto da reconfiguração do Estado neoliberal.

Em termos conceituais, é preciso deixar claro que o cooperativismo não é um fenômeno recente e que seu desenvolvimento histórico concreto passou por altos e baixos em termos de adesão política e prática às suas propostas. Fato relevante será que, em meados da década de 80, ocorrerá uma espécie de “ressurgimento” da pauta da economia solidária em termos mais gerais da sociedade brasileira. Para Singer,

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e 1990, em que o Brasil se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no país como alternativa necessária (1999, p. 122).

Se observarmos esse movimento, nas décadas citadas, a economia brasileira encaminha suas estruturas no contexto internacional da globalização, modernizando o complexo industrial por meio da revolução tecnológica e inaugurando uma vastíssima corrente de excluídos do mundo do trabalho. Assim, o Estado foi incapaz de responder às novas demandas pelo processo próprio de enxugamento que vivia, isto é, o incremento da tragédia social do desemprego tecnológico aliada ao afastamento do Estado em relação à “questão social”, criou uma espécie de “vácuo social” como ausência de forças político-sociais que pudessem mediar a problemática da crise social com expressão na crise do emprego provocada pelas forças modernizantes da globalização e da reestruturação produtiva.

De modo mais específico, pode-se afirmar que no Brasil, principalmente nos anos de 1990, com o afastamento do Estado da economia através da abertura do mercado à livre concorrência, da conseqüente falência e fechamento de unidades produtivas, do desemprego massivo, da precarização do mundo do trabalho, terceirização e subcontratação das relações de trabalho, as cooperativas multiplicaram-se sobre a possibilidade de geração de emprego e renda. De acordo com Gohn,

As alterações ocorridas no cenário econômico e da participação social nos anos 90, no Brasil, levaram à reelaboração dos olhares sobre a temática da exclusão social. Diante da crise econômica e da contenção do Estado na sua capacidade de produzir políticas de integração social, percebemos as organizações não-governamentais e as cooperativas como alternativas fabricadas pelos excluídos (2003, p. 14).

Aqui, a época de maior efervescência da modalidade cooperativa de organização coincide com o contexto histórico de altas taxas de desemprego e incapacidade de resposta por parte do Estado que já entrava na era do “Estado mínimo” e gerencialmente reestruturado.

Nesse ambiente histórico, o cooperativismo passou a ser visto como modelo crítico das práticas neoliberais, em sinergia com as organizações mundiais que articulam formas alternativas de produção, como o próprio Fórum Social Mundial (FSM). Por exemplo, no primeiro Fórum Social Mundial realizado em 2001, o tema da Economia Solidária apareceu como eixo temático das discussões e, em 2002, foi definido como eixo dos trabalhos e elemento estruturante dos debates. Na passagem 2002-2003, a disputa eleitoral que resultou na condução de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, os atores sociais que estavam no movimento pró-cooperativismo que vinham desenhando suas posturas nos fóruns resolveram realizar a primeira plenária nacional para discutir os rumos do cooperativismo na agenda política do governo federal. E será dessa organização que resultará a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e do Emprego, que ocorreu em junho de 2003, quando o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do presidente Lula, oficializando a Secretaria Nacional de Economia Solidária, revelando que o Estado brasileiro consolidava ali, um processo de transformação das suas atividades, atuando como agência de fomento às políticas públicas de emprego como resposta à crise social, configurando o seu papel mediador diante das questões sociais que passam à condição de problemas geridos pela sociedade civil e não mais pela estrutura estatal. Mais recentemente, tal tendência se ampliou a partir do Programa de Governo (2007/2010) do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao apresentar suas metas políticas no subnível temático “Trabalho e Emprego”, ao propor o “incremento do crédito e o fomento aos micro-empresendimentos cooperativistas e outras práticas de economia solidária”.

4. A origem da CEU e a experiência da gestão solidária na escola

Comumente a escola cooperativa possui um nome de fantasia diferente da entidade mantenedora que, geralmente é denominada *cooperativa educacional*, como se identifica nos casos clássicos da Cooperativa Educacional de Araraquara (mantenedora) e o Coeducar – Instituto de Educação (escola mantida). Às vezes, os nomes da mantenedora e da escola são o mesmo, como, por exemplo, a Cooperativa Educacional Santa Maria (Coesma), de Altos, interior do Piauí. No caso de Uberlândia-MG, a Cooperativa Educacional de Uberlândia (CEU) é a instituição mantenedora e o nome de fantasia é Sistema Ápice de Ensino.

De acordo com as tipologias de cooperativas sugeridas por Lima (2004), o surgimento da Cooperativa Educacional de Uberlândia pode ser situado no agrupamento das cooperativas

“defensivas” ou “fênix”, sendo formadas pelos trabalhadores visando manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas ou empresas. Geralmente, segundo o autor, a formação da cooperativa é o último recurso quando outras ações de recuperação falham, resultando assim, em cooperativas com numerosos problemas como falta de conhecimento técnico-jurídico e desconhecimento cultural da gestão solidária.

De fato, a origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia é o resultado direto da falência e fechamento do Colégio Objetivo de Uberlândia, em 2004, quando totalizava 3.600 alunos na educação básica e empregava mais de 260 trabalhadores, com de 26 anos de atuação na área do ensino particular. Na década de 90, o acirramento da competição entre as escolas particulares na cidade de Uberlândia-MG, ocasionou uma disputa em torno da prática das mensalidades escolares, provocando profundas transformações nas formas de gestão e investimento do capital. Na argumentação dos seus gestores, o processo falimentar deveu-se à incapacidade da instituição gerir os seus custos diante dos altos salários em setores qualificados da mão de obra: administradores, coordenadores pedagógicos e professores com contratos mais antigos e de altos custos trabalhistas. No conjunto dos acontecimentos, as reações mais imediatas partiram dos pais dos alunos que se sentiram lesados pela instituição, os impactos foram de natureza econômica instantânea e fez surgir um clima de protestos e comoção pública diante do caso, envolvendo a comunidade escolar.

É de interesse perceber, na análise dos impactos do fechamento da instituição, seja pela mídia escrita ou pelos processos jurídicos, a completa ausência dos professores no conjunto dos acontecimentos relatados. Internamente, o desmonte da instituição seguido do desaparecimento do proprietário criou uma sensação compartilhada de ausência de perspectiva profissional, desde as funções mais básicas (funcionários da cantina, segurança e limpeza) até a hierarquia mais alta, como os chefes dos setores administrativo e financeiro, diretores e coordenadores pedagógicos. Alguns professores foram rapidamente absorvidos por outras instituições que alocavam os alunos do Colégio Objetivo e necessitavam de docentes disponíveis no mercado, criando uma cisão entre uma parte dos desempregados e outra de semiempregados, acarretando um rebaixamento nos níveis salariais por parte daqueles que “flutuavam” no mercado. Foram esses excluídos do processo de absorção do mercado de trabalho que fundaram a Cooperativa Educacional de Uberlândia, iniciando com 38 cooperados, na sua maioria professores e outra parte heterogênea constituída por um advogado, um contabilista e dois administradores. No início das atividades, a escola conseguiu atingir o seu público-alvo – que eram os alunos do Colégio Objetivo – nascendo com 940 alunos matriculados. Mas, uma série de dificuldades

concretas aparecia, quais sejam: a produção e o uso do material didático, a estruturação física das salas de aula nos padrões tecnológicos vigentes nas escolas particulares, a criação de um sistema avaliativo condizente com a nova demanda e a distribuição dos professores nas turmas e séries. Além das dificuldades cotidianas da escola, a experiência da gestão cooperativa também foi um empecilho.

Pelo fato de ser a primeira cooperativa da cidade e região – no ramo das cooperativas de professores – ocorria um desconhecimento da legislação que rege o cooperativismo, a completa ausência da cultura autogestionária sem experiência institucional no cooperativismo, deparando-se com uma realidade radicalmente distinta de um emprego formal na instituição privada, por exemplo, na ausência de algumas garantias trabalhistas, como o décimo terceiro salário. No âmbito econômico as disputas foram agudizadas, principalmente na realocação dos professores que detinham altos salários na participação equânime da distribuição das “sobras”, que foi motivo de confrontos de interesses e conflitos entre os dois ambientes antagônicos da escola: a “sala de aula” (composta por professores e assessores pedagógicos) e o “administrativo” (composto pela Diretoria Financeira e Administrativa), reproduzindo as condições de trabalho que antecederam a cooperativa, nos moldes da gerência capitalista.

Daí faz-se necessário, o relevo teórico crítico que indica a organização do sistema cooperativo como ambiente reprodutor das condições do assalariamento capitalista, da divisão entre o trabalho intelectual-gerencial e o trabalho manual, manifestando o sentido mesmo da alienação dos processos de trabalho, ainda que diante de condições organizacionais democratizantes e multiplicadoras das formas de participação. É nessa perspectiva que as abordagens críticas sobre o cooperativismo se diferem das versões mais apologéticas, por exemplo, na concepção de Singer,

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas. [...] Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios, tecendo relações solidárias com outras autogestões (2002; p.91).

Nesse caso, o modelo de cooperativismo adotado na Cooperativa Educacional de Uberlândia não alçou a capacidade de eliminar, nos dizeres de Marx, a “anarquia social da produção” e a dimensão da totalidade da ruptura produtiva e social, que colocaria fim ao

processo de alienação, como pode ser observado. É peremptória, na obra de Marx, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), a alienação como um processo social que envolve quatro dimensões gerais: alienação do processo de trabalho (que realmente pode ser rompido na modalidade cooperativa), alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da civilização humana como forma universal e genérica. Nos dizeres de Mészáros, quando comenta a questão da superação real do modo capitalista de produção, entende-se que

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de produção (2009, p. 78).

Contradizendo a perspectiva de Singer (2002), a democratização dos meios de produção e o controle do processo de trabalho por parte dos professores não logrou a efusão teórico-prática da ruptura da ordem do capital, os pagamentos – chamados de recebimento por produção – são calculados na prática das escolas privadas, as formas de gestão pedagógica são movidas pela lógica quantitativa da aprovação dos alunos em concursos públicos (vestibulares e processos seletivos seriados) como símbolo da eficácia institucional, funcionando de acordo com a lógica mercantil da educação. Por isso, a concepção de Storch é esclarecedora,

A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado (1987, p.70).

Dialeticamente, a experiência da gestão solidária, entendida aqui como organização coletiva das condições de produção, decisão coletiva por meio das assembleias, valorização do trabalho coletivo e eliminação da hierarquia ditada pelo capitalista, acabam emulando a escola de uma ordem mais democrática. Em termos legais, de acordo com as diretrizes curriculares do MEC e com a Lei 5764/71, que rege o cooperativismo, as cooperativas oferecem todas as disciplinas de uma escola comum, a diferença é que os professores e alunos participam ativamente do processo de educação, tomando parte nas decisões como seleção de conteúdos programáticos, métodos pedagógicos, número de alunos por classe e, ainda, decidem em assembleia a aplicação dos recursos arrecadados. Como a cooperativa é sem fins lucrativos, tudo o que se arrecada é investido na melhoria da qualidade de ensino. Assim, a gestão

democrática da escola permite a extensão da participação dos sujeitos envolvidos no cotidiano da vida escolar, com autonomia para decisões e liberdade pedagógica. É nesse ambiente que as cooperativas adquirem destaque em termos institucionais no comparativo com as escolas públicas e privadas, por exemplo, com o ranking elaborado pelo MEC indicando que as cooperativas educacionais paulistas tiveram um desempenho bem superior às médias escolares estaduais, sendo inclusive as melhores escolas em alguns municípios (OCB, 2009).

Num olhar mais crítico sobre experiências da gestão solidária na escola, as cooperativas educacionais ainda representam um dilema prático e teórico. A valorização da igualdade entre os cooperados pode ser encarnada de um senso de estabilidade negativa, os mecanismos institucionais são regulados dentro dos padrões de controle do processo de trabalho comuns às empresas privadas e a condição de autonomia produtiva pode contrariar os interesses coletivos.

Quando perguntada sobre as dificuldades gerenciais da escola, a cooperada respondeu:

- A ideia de que ninguém tem que se reportar a ninguém, já que são todos "donos", a hierarquia não é muito respeitada;
- A ausência da pressão de desemprego ou punição favorece atitudes desleixadas no trabalho e desrespeitosas para com o trabalho dos outros;
- Professores parecem agravar a atitude hermética de não aceitar treinamento, oferecido nas reuniões pedagógicas (quando em outras escolas se sentem compelidos a comparecer). Talvez por se verem como alguém que ensina, têm dificuldade de se colocarem na posição daquele que também (ainda) pode aprender. O que, pra mim, é uma contradição, pois como pode inspirar nos alunos o desejo de aprender, se ele mesmo acha que não tem necessidade disso? (FAYAD, A. [**Os limites da Cooperativa Educacional de Uberlândia**]. Uberlândia, 12 de junho 2010. Depoimento concedido a Isa dos Santos Silva).

Desse modo, a escola representou um conjunto de avanços no ambiente da produção cotidiana das relações que envolvem a tarefa do ensino, com ênfase na cultura institucional solidária, tanto econômica, quanto pedagógica. Mas, não rompeu com a cultura gerencial capitalista mercantil quando espelha suas ações administrativas no mercado e nas outras entidades de ordem privada. Por fim, a realidade experimentada e observada na Cooperativa Educacional de Uberlândia demonstra a complexidade e a instabilidade de uma vivência coletiva voltada para os interesses externos da lógica acumulativa do capital, manifestando-se como uma experiência autogestionária cercada de uma realidade social mercantil e capitalista, incapacitando a realização plena do trabalho livre e associado por interesses comuns.

5. Conclusões

A origem da Cooperativa Educacional de Uberlândia, em 2004, representou uma manifestação local de um fenômeno mais abrangente: o processo histórico recente de rearticulação das forças produtivas. De certa forma, com caracteres históricos singulares, sua emergência expressa uma faceta dentro dos processos que demarcam a totalidade social da reestruturação produtiva no tempo presente. No conjunto das práticas e debates sobre os potenciais do cooperativismo a respeito da emancipação dos trabalhadores, sua estrutura formal de coletivização dos meios e condições de produção, não logrou a superação da divisão do trabalho, os esquematismos da concorrência capitalista continuam como ditames das relações de trabalho e, muito menos, a alienação na atividade docente foi superada, como sugerem algumas concepções apologéticas sobre o cooperativismo como modelo embrionário de condução à ruptura da ordem metabólica do capital.

6. Referências Bibliográficas.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

BANCO MUNDIAL. Informe sobre el desarrollo mundial. 1997.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

GOHN, M. da G. M. Os Sem-Terra, ONG's e cidadania. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

LIMA, J. O trabalho auto-gestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. RBCS, 2004, v.19, n. 56, p. 48.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVAES, H. T. O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), Atlas da Economia Solidária. Brasília: 2009.

SANFELICE, J. L. Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC. Campinas: Educ. Soc., Unicamp, vol. 24, n. 85, dezembro de 2003.

SANTOS, B.S. Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo.* Petrópolis: Vozes, 1999.

STORCH, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

WELLEN, H. Para a crítica da “Economia Solidária”. São Paulo: Outras Expressões, 2012.